

Lula, 'Nova Esquerda' no Brasil

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Versão em português de "Lula, 'New Left' in Brazil", *Fabian Review*, Vol. 115 (1), Spring 2003: 21

Pelo menos desde que François Mitterand foi eleito presidente da França em 1981 não tínhamos visto, entre os principais países, chegar ao poder um partido de esquerda de maneira tão clara como vimos agora no Brasil com eleição de Lula. Os primeiros passos da nova administração nos mostram, porém, que não devemos esperar dela radicalismo político ou populismo econômico.

O governo Lula será um sucesso sobre duas condições: se conseguir retomar o crescimento econômico depois de 22 anos de quase-estagnação, e se conseguir estabelecer uma sociedade com menos injustiças sociais. A primeira condição é comum para todas as quantidades de correntes ideológicas, a segunda, é específica para uma perspectiva social-democrática ou de um partido de esquerda. As duas tem como pré-condição conseguir-se estabelecer estabilidade macroeconômica, algo que o governo anterior não conseguiu. O governo FHC manteve a inflação sob controle, mas às custas de altas taxas de juros e da moeda sobrevalorizada. Quando, em 2002, o real finalmente depreciou-se como era necessário, isto foi consequência de uma nova crise de balanço de pagamento, que não de política do Banco Central.

Para obter sucesso o Lula e PT terão que contradizer o saber convencional da direita e da antiga esquerda. A direita ou o establishment pressupõe que a esquerda é por definição populista e radical. Portanto declara que a nova administração só obterá sucesso caso negue a si própria e seja capaz de conduzir uma política econômica fiscalmente sadia e realizar reformas orientadas para o mercado, enquanto deixe de proteger os trabalhadores e pobres. Por sua vez, a antiga esquerda, assim como a visão convencional sobre a esquerda, assume que um governo de esquerda é necessariamente estatista e gastador, e desta forma trairá seus ideais caso promova ajuste fiscal e reformas.

O governo Lula será um momento ideal para provar que os dois pontos de vista são enviesados e errados, como os governos François Mitterand e Felipe González

já o fizeram anteriormente. Não é preciso ser populista, nem estatista, nem radical, para ser de esquerda: basta ser comprometido com os pobres e a injustiças social.

Qual é a probabilidade de um resultado favorável? A instabilidade macroeconômica herdada do governo anterior é pesada. A dívida pública subiu de 30 para 60% de PIB, enquanto a relação da dívida externa com as exportações atingiu quase quatro vezes. Resultado favorável foi o do saldo comercial que em 2002 atingiu 13 bilhões em dólar. Por outro lado, o que estamos vendo, desde a eleição de Lula, a taxa de cambio baixar de 3.85 para 3,50 reais por dólar, enquanto crédito internacional é recuperado. Declarações do novo ministro da fazenda, Antonio Palocci, que os contratos serão mantidos, que a meta fiscal será mais severa, e que reformas continuarão a serem realizadas acalmam o mercado.

Recentemente uma preocupação inversa surgiu. Será que isso significa que não haverá mudança na política macroeconômica, ou essas declarações são estratégicas, tentando acalmar os mercados internacionais? Acredito na segunda alternativa: uma vez que o crédito é recuperado (o que será mostrada quando a taxa de cambio estiver por volta 3.2 reais por dólar) será o momento para reduzir taxa de juros. Provavelmente o governo não sabe quando e nem como começar abaixar a taxa de juros que o Banco Central paga para poder escapar da armadilha da taxa de juros doméstica, mas uma coisa é certa: os representantes do novo governo, inclusive o Banco Central, não está mais comprometidos apenas com a luta contra a inflação: equilíbrio das contas externas, emprego para todos, e crescimento econômico agora também são objetivos legítimos.

É difícil prever o que acontecerá com as reformas e a luta contra a pobreza, mas uma coisa é já está clara: organizações da sociedade civil terão um papel mais importante do que no governo Fernando Henrique. O PT acredita numa democracia participativa. Uma das primeiras iniciativas do Lula foi criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja primeira tarefa será discutir reforma da previdência social e o programa fome zero. Trabalhadores terão mais o que dizer no novo governo. O novo pacto social informal que está surgindo, junta aos empresários, e à classe média profissional (que é dominante dentro do PT), a classe trabalhadora.

O Estado deverá desempenhar um papel estratégico protegendo o trabalho nacional e o capital nacional. Isso significa que voltaremos para o velho nacionalismo protecionista, substituidor de importações? Tal alternativa é impensável hoje no Brasil, mesmo que ainda existam alguns que nela ainda acreditam. Mas também é inaceitável a mensagem que países em

desenvolvimento tem escutado do Norte: que a globalização tornou o estado-nação menos relevante.

A globalização tornou os estados nacionais mais – e não menos – estratégicos, porque, na prática, significa competição global entre empresas apoiadas por seus respectivos governos. A globalização é infensa ao protecionismo, mas requer um governo ativo definindo e protegendo os interesses nacionais. Este ponto de vista está bem presente entre diplomatas brasileiros, e deverá se tornar predominante na sociedade com a chegada ao poder de Lula. A abordagem independente do Brasil em relação à crise da Venezuela é um sinal dessa mudança.

Estou sendo otimista? Acredito que sim. A administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso será lembrada por sua orientação social, por sua honestidade, e por seu compromisso de um Brasil moderno e democrático. A eleição nacional em que venceu a oposição foi um momento extraordinário na democracia Brasileira. Mas não sou só eu o otimista. Nos últimos tempos os brasileiros estão especialmente esperançosos.